



Como e por que? Algumas reflexões sobre a relação entre povoamento e aspectos geográficos do território no universo português

¿Cómo y por qué? Algunas reflexiones sobre la relación entre el asentamiento y los aspectos geográficos del territorio en el mundo portugués

E1-S1 - Paisagens globais e transfronteiriças: histórias conectadas

Maria Berthilde Moura Filha
PPGAU/UFPB, Brasil
berthilde_ufpb@yahoo.com.br

Resumo: Entre as pesquisas atuais, no campo da história da cidade no Brasil colonial, é de grande valia o acesso a uma larga documentação cartográfica referente ao universo luso-brasileiro dos séculos XVI a XVIII, o que tem ajudado a esclarecer diversos aspectos sobre aquela realidade pretérita. A proposta aqui lançada utiliza essa documentação cartográfica com o objetivo de refletir sobre a seguinte questão: no universo português, em que medida as tantas experiências de ocupação de territórios se cruzaram e definiram um padrão de relação com os sítios geográficos e/ou aglomerados preexistentes, em continentes distintos? Como estas experiências moldaram um conhecimento/prática que reverberou no Brasil quinhentista e durante o processo de ocupação territorial nos primeiros tempos da colonização brasileira? Detendo-se, a princípio, sobre a relação entre as características geográficas e os núcleos de povoamento - de fundação portuguesa ou preexistentes em realidades como a África e a Índia, considera-se este fator de importância para explicar uma recorrência de características entre os sítios que abrigaram a presença portuguesa seja com fins militares, econômicos ou de povoamento. La preferencia por lugares elevados y fácilmente defendibles es mencionada constantemente por diversos autores que abordan el tema. Sin embargo, los portugueses, en su contacto con otras realidades, experimentaron diversas condiciones geográficas, que tuvieron que aprender a gestionar para asegurar el éxito de sus empresas. El acceso a estas nuevas realidades, sumado a la circulación de información, amplió su repertorio de experiencias, lo que plantea la pregunta de hasta qué punto estas situaciones fueron asimiladas por los portugueses y adoptadas en otros lugares, como Brasil.

Palavras-chave: núcleos de povoação; sítio; cartografia; universo português.

Resumen: *Entre las investigaciones actuales en el campo de la historia urbana en el Brasil colonial, el acceso a una extensa documentación cartográfica relativa al mundo luso-brasileño de los siglos XVI al XVIII es de gran valor, ya que ha ayudado a esclarecer diversos aspectos de esa realidad pasada. La propuesta que se presenta aquí utiliza esta documentación cartográfica para reflexionar sobre la siguiente pregunta: en el contexto portugués, ¿en qué medida las múltiples experiencias de ocupación territorial se entrecruzaron y definieron un patrón de relación con sitios geográficos y/o asentamientos preexistentes en diferentes continentes? ¿Cómo estas experiencias moldearon un conocimiento/práctica que resonó en el Brasil del siglo XVI y a lo largo de todo el proceso de ocupación territorial durante las primeras etapas de la colonización brasileña? Centrándose inicialmente en la relación entre las características geográficas y los centros de asentamiento, ya sean fundados por los portugueses o preexistentes, este factor se considera importante para explicar la recurrencia de características entre los sitios que albergaron la presencia portuguesa, ya sea con fines militares, económicos o de asentamiento. La preferencia por ubicaciones elevadas y de fácil defensa es señalada consistentemente por diversos autores que abordan este tema. Sin embargo, en su contacto con otras realidades en África, China y América, los portugueses experimentaron diversas condiciones geográficas, que tuvieron que aprender a gestionar para asegurar el éxito de sus empresas. El acceso a estas nuevas realidades, sumado a la circulación de información, amplió su repertorio de experiencias, lo que plantea la pregunta de hasta qué punto estas situaciones fueron asimiladas y apropiadas por los portugueses, y adoptadas en otros lugares, como Brasil.*

Palabras-clave: *centros de población; sitio; cartografía; universo portugués*

Introdução

Entre as pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, no campo da história da cidade no Brasil colonial, é de grande valia o acesso a uma larga documentação cartográfica referente ao universo luso-brasileiro dos séculos XVI a XVIII, o que tem ajudado a esclarecer diversos aspectos sobre aquela realidade pretérita. A proposta aqui lançada utiliza a referida documentação cartográfica, associada a referências bibliográficas coevas, com o objetivo de discutir, à luz dessas fontes de investigação a seguinte questão: no universo português, em que medida as tantas experiências de ocupação de territórios se cruzaram e definiram um padrão de relação com os sítios geográficos e/ou aglomerados preexistentes, em continentes distintos? Como estas experiências moldaram um conhecimento/prática que reverberou no Brasil quinhentista e no processo de ocupação territorial durante os primeiros tempos da colonização brasileira?

A intensão não é revisar a história da ocupação territorial no universo português, mas explorar com um olhar pontual e comparativo, como os portugueses enfrentaram e se posicionaram perante as diversas situações geográficas – planícies, regiões montanhosas, foz de rios, baías etc., que encontraram no vasto território por eles explorado.

Detendo-se, a princípio, sobre a relação entre as características geográficas e os núcleos de povoamento - de fundação portuguesa ou preexistentes, considera-se este fator de importância para explicar uma recorrência de características entre os sítios que abrigaram a presença portuguesa seja com fins militares, econômicos ou de povoamento. A preferência por locais altos e mais facilmente defensáveis é sempre colocada entre diversos autores que tratam a matéria, a exemplo de Smith (1967). Mas os portugueses em seu contato com outras realidades da África, da Índia, e da América, vivenciaram condições geográficas diversas, com as quais tiveram que aprender a lidar para assegurar o sucesso de seus empreendimentos. O acesso a essas novas realidades, associado à circulação das informações, vinha ampliar o repertório de experiências, cabendo indagar até que ponto essas situações eram assimiladas e apropriadas pelos portugueses, sendo adotadas em outros lugares, a exemplo do Brasil.

Visando delimitar melhor o objeto de estudo foi definido um recorte temporal, necessário por ser muito longo o tempo da ocupação humana no território que é hoje Portugal. Assim, uma vez que o interesse é relacionar procedimentos coevos com o início da formação territorial do Brasil, quando diversas vilas e cidades foram implantadas, nosso tempo de estudo ficou delimitado entre o final do século XVI e meados do XVII. Observar e analisar as experiências portuguesas na Península Ibérica, costa da África, Índia e Brasil trará luz à forma como lidaram com realidades geográficas tão diversas em um mesmo período temporal.

Para definir o marco inicial do recorte temporal foi selecionado um mapa de Portugal, uma vez que a representação cartográfica é a nossa principal fonte de referência. Intitulado “*Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio*” ele é apontado como o primeiro mapa de Portugal. Foi feito por Álvaro Seco e, possivelmente, publicado em Roma em 1560, com o título “*Tabula Geografica Portugalliae*”. A imagem mais conhecida é a que foi copiada no atlas “*Theatrum Orbis Terrarum*” de Abraham Ortelius, publicado em 1570, na Antuérpia. Neste mapa estão assinaladas as principais cidades então existentes em Portugal, entre as quais estão Évora, Lisboa e o Porto, que serão referência para nossa análise (Figura 01).



Figura 01: Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio

Fonte: <https://www.rmg.co.uk/collections/objects/rmgc-object-565355>

A escolha deste mapa se deu por ser ele contemporâneo ao início do processo de povoação da costa do Brasil pelos colonizadores quando, na década de 1530, Dom João III resolveu recorrer ao sistema de capitanias hereditárias e, em 1548, foi estabelecido o Governo Geral do Brasil resultando na fundação das primeiras cidades brasileiras: Salvador (1549), Rio de Janeiro (1565), Filipéia (1585).

Tendo também a cartografia por referência, adotamos como marco final do recorte temporal o atlas cartográfico de 1640, denominado "Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz" feito por João Teixeira Albernaz, cosmógrafo de Sua Majestade. O atlas contém trinta e uma cartas geográficas da costa brasileira, acompanhadas por descrições, e o original é um códice na Torre do Tombo (Figura 02). Se justifica selecionar esta cartografia para balizar o término do recorte temporal trabalhado, pensando a importância do autor e da obra enquanto fonte para o estudo da formação territorial do Brasil, bem como por ser 1640 o ano em que se encerra a união das Coroas Ibéricas, definindo outro percurso para a história do Brasil.

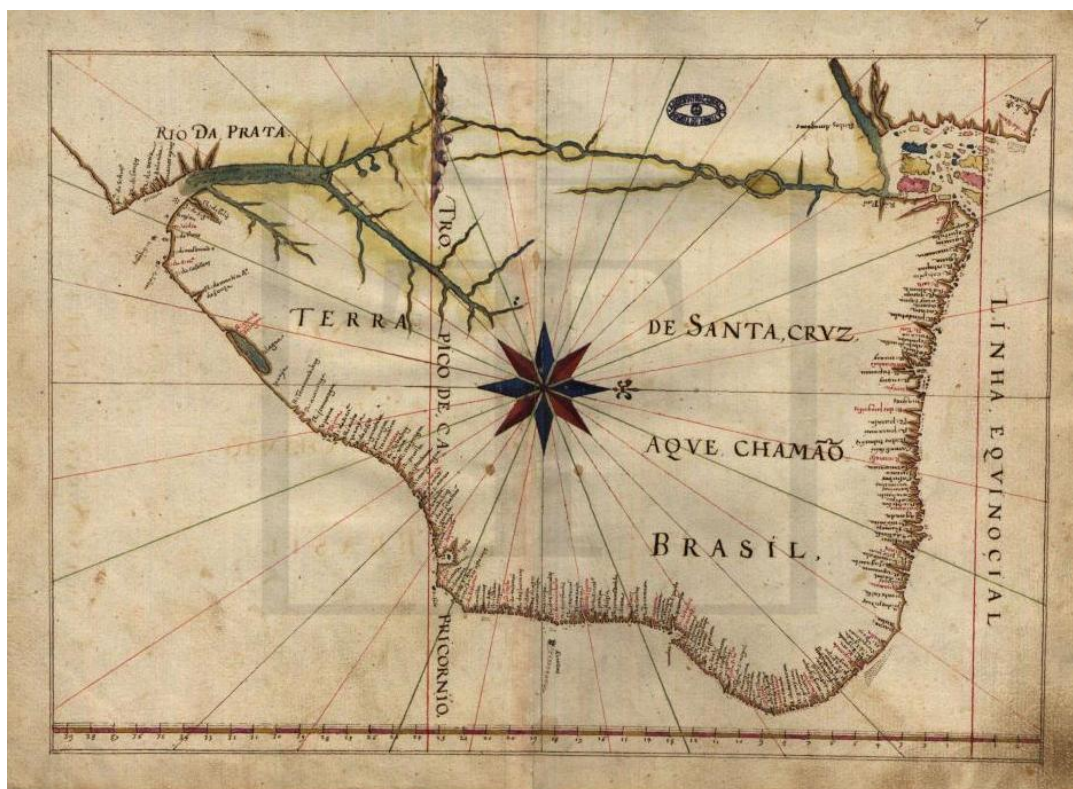


Figura 02: Descrição de todo o marítimo da Terra de Santa Cruz.

Fonte: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/12890>

Neste intervalo de tempo, tantas outras cartografias alimentam o estudo, trazendo mais informações para a construção dos argumentos necessários para a análise. E, enquanto método de abordagem, a cartografia teve suas informações complementadas ou cotejadas por relatos da mesma época, referentes às vilas e cidades tratadas ao longo da pesquisa. A exemplo, cita-se o relato feito por Duarte Barbosa, que viajou por todas as regiões então acessadas pelos portugueses no caminho para as Índias descrevendo em obra concluída em 1516, os principais lugares por onde passou. Deparando-se com o desconhecido, ele registrou a existência de povoados construídos por “mouros”, localizados adentrando os rios, como ocorria em Portugal, bem como outros implantados em ilhas próximas ao litoral, ou no interior de grandes baías, situações geográficas não peculiares no Reino.

É certo que com a mobilidade decorrente da expansão ultramarina, muitos homens circularam de continente para continente, levando seus conhecimentos, ideias e vivências, mas também absorvendo conhecimentos e sendo desafiados por condições diversas. Observando este movimento, o texto está segmentado da seguinte forma: principia por buscar as referências de implantação de vilas e cidades em Portugal peninsular; na sequência segue o caminho da expansão portuguesa em direção à Índia e, por fim, se observa como o conhecimento reunido nestas experiências anteriores chegaram até a costa do Brasil, sendo todos estes trajetos trabalhados a partir das cartografias e descrições de época.

As referências das cidades em Portugal

Ao ser definido o verbete “Cidade” no Dicionário de História de Portugal, organizado por Joel Serrão, a escolha do sítio de implantação foi tratada da seguinte forma: “Quase todas as cidades portuguesas (tomando neste sentido também as vilas de fisionomia urbana) ascendem a um passado remoto e conservam, na escolha do sítio, na estrutura ou no aspecto, qualquer marca das várias civilizações que presenciaram a sua longa vida”. E prossegue informando que “algumas evidenciam a preferência ‘castreja’¹ pelos lugares altos, escarpados e bem defendidos, outras combinam a colina frágil e o recesso do litoral, típico dos sítios urbanos mediterrâneos” (Serrão, s.d., p.574).

A preferência “pelos lugares inexpugnáveis” caracterizou a paisagem em território português, com grande número de núcleos de povoamento coroando morros, situação escolhida de preferência quando associada à presença de um curso de água, assegurando as vias de trânsito necessárias à sobrevivência e ao desenvolvimento do aglomerado. Tal é a imagem de duas das mais antigas cidades de Portugal: Porto e Lisboa.

Este tipo de implantação que antecedeu a ocupação romana permaneceu sob a presença destes, assim como as aglomerações de origem muçulmana também se adaptaram aos lugares acidentados, sempre favoráveis à indispensável defesa da população, muitas vezes assegurada pelos recintos murlhados. Na época moderna, a retomada do crescimento da população portuguesa implicou na consolidação daqueles núcleos já estabelecidos e no surgimento de outros novos. Ficou patente, então, a permanência desse tipo de situação geográfica priorizada para a implantação dos povoados em Portugal, fossem estas cidades ou simples aldeias.

Tal preferência fez com que fossem exceção em Portugal, cidades situadas em planícies – Aveiro, Faro, Vila Real de Santo António – pois, “mesmo as aglomerações desenvolvidas ao longo de uma praia ou da borda dos rios procuram, em lugar alto ou escarpado, um refúgio ou um apoio” (Serrão, s.d., p.579). Essa implantação sobre sítio elevado, por vezes, imprimiu outra característica à imagem desses núcleos urbanos: uma separação entre as partes alta e baixa da cidade, as quais abrigavam funções distintas, sendo a primeira residencial e a outra, portuária e comercial.

Lisboa representa muito bem o tipo de implantação que se apropriou de colinas e do rio e, após a construção do Paço da Ribeira, ao tempo do reinado de D. Manuel, a referida distinção entre cidade alta e baixa foi claramente demarcada, como exposto na iconografia abaixo (Figura 03) que integra o atlas intitulado “*Civitates Orbis Terrarum*”, obra organizada pelo cônego Georg Braun.

¹ Os castros eram a forma típica de aglomerado populacional no período pré-romano no norte do território hoje correspondente a Portugal. Existiram entre os séculos IX a I a.C. e ocupavam o alto de colinas, perto da costa atlântica e ao longo dos cursos dos rios (Serrão, s.d., p.574).



Figura 03: Lisboa, no atlas Civitates Orbis Terrarum, 1572.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Lisbon_-_Lisbonne_-_Lisboa_1572.png

Para dialogar com esta iconografia e melhor captar a visão de Lisboa, no século XVI, adota-se como referência a obra de Damião de Góis² “Elogio da Cidade de Lisboa”³, datada de 1554. A cidade, animada com uma dinâmica econômica e valorizada por monumentos, o fez transmitir a imagem de uma cidade cosmopolita, com dimensões consideráveis para a época. Disse ele que em sua recuada origem, Lisboa foi assentada em sítio que, quanto à **salubridade**, caracterizava-se pela “amenidade e suavidade da terra e do clima”, com muitas nascentes de água para o abastecimento da população (Góis, 2002, p.151). Sobre a implantação da cidade acrescentou que:

(...) a antiga Lisboa ocupava de antanho apenas uma **elevação de colina** que se prolongava até à margem do Tejo, mas hoje o seu perímetro abrange vários montes e vales. A sua parte mais importante e mais célebre fica na parte fronteira a oriente; é sobretudo desse lado que o mar, depois de receber as águas do Tejo, se dilata por uma largura de seis mil passos. (Góis, 2002, p.135)

Assim era a maior das cidades portuguesas, e entre as demais aldeias, vilas e cidades, variavam as dimensões do conjunto edificado, mas era recorrente a preferência pela implantação em sítios elevados, por vezes sendo indiferente tratar-se de um povoado litorâneo, ou interiorano. O próprio Damião de Góis fez referência ao “ópido de Santarém, de grande antiguidade e muito famoso de entre diversos outros ópidos da Lusitânia”, que também foi situada no cimo de um monte, com vista para extensa planície e para o Rio Tejo. (Góis, 2002, p.183)

O rio e a colina foram, da mesma forma, referências na implantação da cidade do Porto, cuja ocupação teve início com os Celtas, e ganhou importância na época romana sob o nome de *Portus Cale*. Joana Lencart (2021) informa que as descrições quinhentistas especificamente dedicadas

² Damião de Góis (1502-1574) foi um humanista, diplomata e cronista. Era um homem de cultura, havendo permanecido ausente de Portugal por mais de vinte anos— 1523 a 1545 — em contacto com outros países da Europa. Portanto, tinha uma visão de mundo alargada e sua bagagem cultural o caracterizava como um homem do Renascimento. Retornando a Portugal, fez a Descrição da Cidade de Lisboa, dedicada ao infante D. Henrique. (Góis, 2002, p.62)

³ O gênero literário clássico Elogio de cidade, exalta as qualidades de uma localidade. Este, sobre Lisboa, é uma descrição detalhada e elogiosa da cidade, abordando sua geografia, monumentos, costumes e habitantes, explorando a importância da cidade como um centro de poder, cultura e comércio na época.

ao Porto são praticamente inexistentes, mas a cidade foi parte da obra intitulada “Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes”, datada de 1548, escrita pelo Doutor João de Barros⁴. O autor percorreu sobre a antiguidade da fundação da cidade, a origem do seu nome, as cinco paróquias que tinha, dizendo ser a da Sé a única a estar dentro de muros, no morro onde erguia-se a primeira cerca defensiva, que o autor faz remontar ao “tempo dos Romanos” (Figura 04).



Figura 04: Porto, por Pier Maria Baldi, 1669.

Fonte: Biblioteca Laurenciana de Florença disponível em <https://portoarc.blogspot.com/2012/05/vistas-gerais-do-porto-dos-seculos-xvii.html>

Assim, Lisboa e Porto, entre outras vilas e cidades situadas ao longo da costa atlântica de Portugal mantinham a vocação “castreja” pelos **lugares altos, escarpados** e bem **defendidos** aliados à proximidade de um rio, o referido **recesso do litoral** citado no verbete cidade, aqui já mencionado, assegurando que estas cidades, situadas adentrando a foz de um rio – Tejo, Douro, não estavam expostas diretamente para a costa.

Distanciando do litoral e, observando a realidade do Alentejo e de toda a área próxima à fronteira com Espanha, os núcleos de população postos em sítios elevados também são uma constante. Como exemplo, tratando sobre a implantação da cidade de Évora, disse André de Resende (1963, p.59) estar ela “situada em esta **planura eminente e descoberta** que de nenhuma parte se lhe pode encobrir cilada” (Figura 05). Através de Espanca (1952), que cita um relato datado de 1466, visualizam-se outros núcleos urbanos situados no Alentejo: Évora-Monte, Estremoz e Elvas (Figura 06). Assim, refere-se:

Apartados da cidade eborense, fomos pernoitar a Évora-Monte, distante quatro léguas, cidade montanhosa, pequena, (...) De Évora-Monte a Estremoz são duas léguas; é uma **cidade e fortaleza situadas em altíssima montanha**, com muitos olivedos em redor. De Estremoz a Elvas correm seis milhas; é uma cidade grande com castelo, situada numa eminência entrecalada de vales e ribeiras. (Espanca, 1952, p.142)

⁴ O Doutor João de Barros viveu no século XVI, foi ouvidor do arcebispo de Braga e escrivão da câmara de D. João III entre 1546 e 1547, que o nomeou desembargador dos agravos em 1549. Em 1562, segundo uma mercê régia, era escrivão “das cousas” da comarca da Estremadura. (LENCART, 2021).

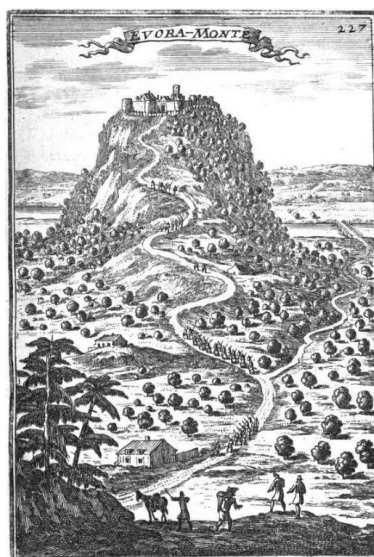
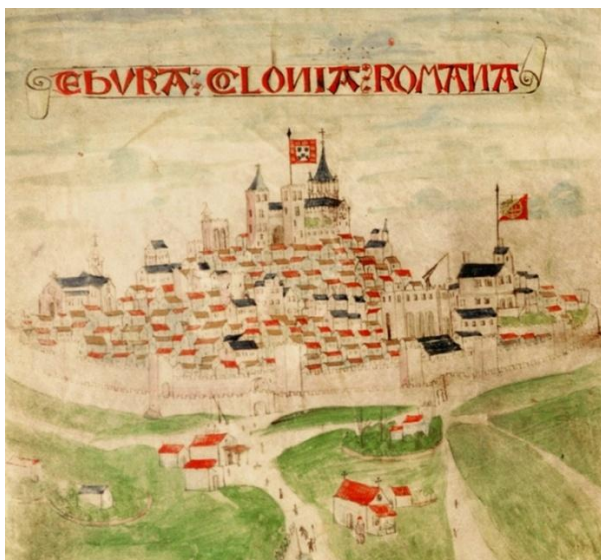


Figura 05: Imagem de Évora, acrescentada no século XVI ao Foral Manuelino da cidade (1501)
Fonte: Biblioteca Pública de Évora

Figura 06: Imagem de Évora-Monte por Allain Manesson Mallet. Les Travaux de Mars, 1684

Fonte: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=18440022>

Era esta imagem de cidade que predominava na mente dos portugueses do século XVI, fosse ele um humanista como Damião de Góis e Francisco de Holanda, ou um homem do povo. Com a mobilidade decorrente da expansão ultramarina, muitos desses homens circularam de continente para continente, levando seus conhecimentos, ideias e vivências. Impregnados com tais imagens de cidade, por vezes acabavam por encontrar um traço de identidade nas características geográficas dos lugares onde aportavam e, neste contexto, os rios e o alto das encostas eram referência para reproduzirem estas imagens, povoando sítios similares àqueles que tinham por parâmetro do modo de morar em Portugal.

Referências do modo de povoar no caminho para a Índia

Considerando a opção por construir nosso olhar a partir de cartografias e relatos de época e, para percorrer o caminho para a Índia observando o modo de povoar moldado por outras culturas presentes nas diversas realidades varadas então pelos portugueses, foram selecionadas duas fontes de informação. Para a cartografia, foi utilizado, principalmente, o “Livro das plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes”. Trata-se de uma obra do século XVII, atribuída a Antônio Bocarro, escritor, alto funcionário do Estado da Índia, guarda-mor da Torre do Tombo de Goa, onde faleceu em 1643. Quanto aos relatos, predominam aqueles extraídos do “Livro em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente Duarte Barbosa”. Ele, nasceu em Lisboa, no final do século XV e faleceu em 1521. Viajou por todas as regiões então descobertas pelos portugueses no caminho para a Índia, descrevendo em obra concluída em 1516, os principais lugares e povoados por onde passou.

Duarte Barbosa registrou que nesse caminho para a Índia, em diversos lugares, os portugueses encontraram cidades “povoadas de mouros e gentios”, e identificavam nelas características

semelhantes às que davam identidade a cidades de Portugal. Mas, também, eram confrontados com realidades pouco familiares, com as quais tiveram que aprender a lidar quando se fez necessário implantar na África ou na Índia algum povoado, fortaleza ou entreposto comercial. Com isso, quanto ao modo de povoar, a expansão ultramarina resultou em um somatório de novos conhecimentos e experiências mescladas a aquelas acumuladas com a longa história da ocupação de Portugal peninsular.

Entre semelhanças e diferenças, vejamos os relatos sobre alguns lugares. A caminho da Índia, na costa oriental da África, onde hoje é Moçambique, Duarte Barbosa registrou a povoação de Sofala (Figura 06).

Indo mais adiante passando estas Hucicas caminho da India, há vinte ou trinta legoas della, **está hum rio, que nam he muito grande pelo qual dentro está hua povoaçam de Mouros que chamaom Çofala**, junto com a qual tem elRey N. Sr. Hua fortaleza; estes Mouros ha muyto tempo que povoaraom aqui, por caso do grande trato do ouro que tinhaom com hos Gentios da terra firme. (Livro de Duarte Barbosa, 1996, p.247)



Figura 06: Sofala, na costa oriental da África
Fonte: Livro das Plantas das Fortalezas, 1991

Ter uma povoação implantada “rio dentro” era uma realidade bem peculiar para os portugueses, basta ver os citados exemplos das cidades de Lisboa e Porto. Portanto, mesmo se tratando de uma fundação de mouros, a escolha de um sítio resguardado era um traço de identidade comum a ambas culturas.

Em Cambaia, na Índia, esclarecendo se tratar de uma povoação de “mouros e gentios”, chamou-lhe a atenção tudo que se assemelhava à “maneira” portuguesa de edificar: a arquitetura, o sistema

construtivo e a organização espacial, em uma identificação com a cultura dos mouros.⁵ Não lhe passou despercebido o fato de a cidade também estar situada “rio dentro”, e assim a descreveu:

Entrando por Guandarim, que he **pelo rio dentro, estaa hua grande e fermosa cidade que chamaom Cambaya**, que he povoada de Mouros e Gentios: tem muy boas casas, muy altas, com janelas, e cobertas de telhas há nossa maneira, muy bem aruadas, com fermosas praças, e grandes edefícios, tudo de pedra e cal. (Livro de Duarte Barbosa, 1996, p.285)

A localização em que estavam implantados os núcleos de povoamento era um dado sempre observado por Duarte Barbosa, tanto pela referida semelhança com a cultura portuguesa, quanto pela diversidade de situações geográficas que encontrou, sendo alguns casos pouco comuns ao repertório de imagens de cidades do Reino. Seguem exemplos de situações atípicas para os portugueses:

Indo deste lugar de Moçambique ha ho longuo da costa, **está hua ilha junto com a terá fyrme que chamaom Quiloa, em que está hua vila de Mouros** de muy fermosas casas de pedra e cal, com muytas janelas há nossa maneira, muyto bem aruadas, com muytos terados; has portas de madeira muy bem lavradas de muy fermosa macenaria, deredor muytas agoas, e pomares, e hortas com muytas agoas doces. (Livro de Duarte Barbosa, 1996, p.251)

E prosseguindo o seu itinerário, Duarte Barbosa registrou em Mombaça (Figura 07) outra situação semelhante a Quiloa (Figura 08), por estar em uma ilha, próximo a terra firme:

Indo mais ha ho diante ha ho longo da costa caminho da India; **está muyto junto com ha tera fyrme, hua ilha, em que está hua cidade que chamaom Mombaça**, ha qual he muyto fermosa, de muy altas casas de pedra e cal, e muyto bem aruadas a maneira de Quiloa. (Livro de Duarte Barbosa, 1996, p.251-252)

Sendo Portugal detentor de um litoral cujos recortes podem ser considerados pouco acentuados, frente a alguns pontos da costa da África e da Índia, o fato de ver povoar uma ilha, próximo a terra firme, chamou atenção de Duarte Barbosa. Da mesma forma, descrevendo o “Reino Dormus”, ele observou ser “Masquate” (Figura 09), uma grande “vila honde vive muyta gente honrada”, que estava implantada no “interior de uma baía”, condição que se repetia no “lugar de Mouros” denominado Dabul, sendo estas situações geográficas não peculiares no Reino. (Livro de Duarte Barbosa, 1996, p.266 e 291)

⁵ Para melhor entender essa associação entre as povoações de “mouros” e a “maneira” portuguesa de edificar cidades, cabe atentar para a seguinte observação feita por Manuel C. Teixeira: a presença muçulmana em Portugal durante mais de cinco séculos, deixou marcas profundas, particularmente, nos núcleos urbanos do Sul, pelo que os portugueses muito se identificavam com outras realidades fora do continente, a exemplo do Norte da África. (TEIXEIRA. In: TEIXEIRA e VALLA, 1999, p.215)



Figura 07: Fortaleza e cidade de Mombaça (Quênia)
Fonte: Livro das Plantas das Fortalezas, 1991



Figura 08: Quiloa (Tanzânia), no atlas Civitates Orbis Terrarum, 1572.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:City_of_Kilwa,_1572.jpg



Figura 09: Mascate (Omã)

Fonte: <https://en.wikipedia.org/wiki/Muscat>

É certo, que essa realidade de “mouros” descrita por Duarte Barbosa, foi substrato para a superposição de um modo português de fazer cidade. Quando motivados, por exemplo, pela conquista de novas rotas comerciais, os portugueses se estabeleceram próximo a núcleos de povoamento já existentes, edificando estruturas próprias que levavam a marca da sua cultura e identidade e, por vezes, adaptaram-se a sítios com características atípicas em relação àqueles vivenciados em Portugal.

Portanto, o acesso a essas novas realidades, associado à circulação das informações, vinha ampliar o repertório de imagens e o leque de possibilidades a escolher quando se fazia necessário se estabelecer nestas terras distantes: o povoado podia ser então, posto em um sítio “rio adentro”, no alto de uma encosta, em uma ilha, ou no interior de uma grande baía. Cabe indagar até que ponto essas situações foram assimiladas e apropriadas pelos portugueses, sendo adotadas em outros lugares, a exemplo do Brasil.

Ao mesclarem as imagens de suas próprias cidades com aquelas que iam tomando conhecimento nas mais variadas culturas dos territórios onde se fixaram, os portugueses definiam – ou redefiniam – seu modo de fazer cidade, somando-se a isso, os ideais de época regidos por princípios introduzidos com o Renascimento. Diante disso, Russell-Wood considera o urbanismo praticado pelos portugueses nos territórios ultramarinos, como parte dessa mobilidade de ideias que caracterizou o processo de expansão do império colonial português, deixando “uma marca urbana indelével nos lugares onde se fixaram”. (Russell-Wood, 1998, p.277)

Seguindo para o Brasil

Vistas as referidas experiências de fixação de povoados, entre tantas outras vividas pelos portugueses em continentes diversos, cabe averiguar como se deu a conciliação entre esse “modo de fazer” cidades, as características naturais do território no Brasil e os condicionantes próprios daquela realidade ainda tão primitiva: presença de tribos violentas, qualidade do solo para cultivo, existência de água potável etc.

Mas cabe primeiro pensar em que medida essa experiência acumulada teve suporte em um “conhecimento” prévio do território brasileiro, construído pelos cosmógrafos e cartógrafos a serviço de Portugal. É certo que ao longo do século XVI e princípio do XVII, verificou-se a crescente preocupação da coroa portuguesa, no sentido de assegurar o domínio e a ocupação do território brasileiro, exigindo que a produção cartográfica e outras fontes de informações dessem respaldo a este procedimento de colonização. Representativa desta fase da cartografia brasileira, é a “Descrição de todo o marítimo da terra de Santa Cruz”, feita por João Teixeira, no ano de 1640, pois apresenta um avanço na apropriação do território, dando “informação sobre a presença humana, onde ela existia, onde podia desenvolver-se e quais as áreas inóspitas para o povoamento” (Alegria, 1995, p. 202). Com esse propósito, João Teixeira mapeou toda a costa, desde o Cabo de Santa Maria até a entrada do Grão Pará, sempre apresentando as distâncias, em léguas, entre cada ponto de referência: barras de rios, cabos, ilhas, vilas, cidades. Nela, são muitas, também, as informações sobre a faixa litorânea, referentes à fertilidade e salubridade da terra, presença ou ausência de fontes de água, de portos seguros, de tribos indígenas etc. Com isso, ele dava conhecimento daqueles fatores determinantes para o processo de povoamento que estava decorrendo no litoral brasileiro, naquela época.

Tomando como exemplo a capitania de Ilhéus, João Teixeira (2000) apontou ser a porção sul do seu território pouco povoada devido à ausência de portos notáveis, apesar de possuir terras férteis e abundante água para os engenhos. Acrescente-se a esta informação, aquela fornecida por Gandavo sobre a presença dos índios Aymorés nesta região, os quais eram muito ferozes e cruéis, e por isso “muitas terras viçosas” estavam desocupadas “por causa destes índios” (Gandavo, 1980, p. 34). No entanto, mais ao norte da mesma capitania, havia uma área com “povações e villas de consideração”, o que estava associado à existência de “muitos rios de boas barras” e à fertilidade da terra, com “citio pera se fazerem grandes fazendas” (Descrição de todo o marítimo, 2000, fl. 51). Entre estas vilas cita-se a de São Jorge dos Ilhéus (Figura 10), estrategicamente posta na desembocadura do Rio Cachoeira, protegida do olhar de qualquer embarcação que chegava por mar, repetindo aquele procedimento já identificado em Portugal, mas condicionado pela realidade local quanto à defesa frente aos ataques dos povos originários.



Figura 10: Vila de São Jorge, na Capitania de Ilhéus
Fonte: Descrição de todo o marítimo, 2000, fl. 52

Olinda, sede administrativa de Pernambuco, foi fundada próxima à costa, em posição topográfica elevada, “em hum alto livre de padraços, da melhor maneira que foi possível” onde Duarte Coelho “fez huma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da villa”. (Sousa, 1825, p. 23) Sua localização associada à tradição de obter defesa através da altura, acabou por se mostrar desfavorável à construção de um sistema defensivo para proteção da vila, ao mesmo tempo que a privava de um porto mais acessível, o qual estava na povoação do Recife. Estes fatores de implantação foram determinantes para Olinda não alcançar um desenvolvimento urbano compatível com a prosperidade econômica de Pernambuco.

Outro daqueles conhecimentos sobre o “modo de fazer cidade” absorvidos pelos portugueses em suas andanças pode ser identificado na capitania do Espírito Santo. A vila de mesmo nome situava-se em uma ilha “dentro de hum rio mui grande, de cuja barra dista huma legoa pelo sertam dentro” (Gandavo, 1980, p. 91). Na capitania de São Vicente, mais ao sul, o mesmo tipo de situação geográfica foi escolhido para a implantação das vilas de São Vicente e Santos (Figura 10) que compartilham uma grande ilha incrustada na ampla Baía de Santos com seu intrincado sistema de rios, ilhas e lagoas, em proporção que talvez só na África e Índia os portugueses tiveram que enfrentar.



Figura 10: Vila do Espírito Santo, na capitania de mesmo nome

Fonte: Descrição de todo o marítimo, 2000, fl. 37

Também as vilas e povoados, então existentes, na região situada entre as capitanias de Pernambuco e Rio Grande, oferecem uma amostra sobre o tipo de situação em que eram colocados estes núcleos urbanos. Na capitania de Itamaracá, a vila da Conceição foi implantada numa ilha, em posição resguardada em relação à desembocadura do rio, o qual fazia-se necessário subir para chegar até à vila de Igarassu. Da conciliação entre a escolha do sítio a povoar e as diversas funções relacionadas com os núcleos urbanos, dependia o sucesso ou o fracasso da iniciativa. Como exemplo, vale a observação feita por Diogo de Campos Moreno, para o caso de Itamaracá, onde a vila da Conceição foi colocada na ilha “em que os fundadores setuavão por se valer contra o

Através destes exemplos, cabe atentar para a repetição das formas de implantação de núcleos urbanos, anteriormente identificadas – em posição elevada, adentrando os rios, em ilhas próximas ao litoral, no interior de baías – tanto no Reino quanto em outros territórios conquistados pelos portugueses, constatando-se a circulação das informações e a assimilação e apropriação destas, na realidade brasileira.

A primeira dessas cidades foi Salvador (Figura 11). Quando da sua fundação, já havia uma “cerca” construída pelo antigo donatário da capitania da Bahia. No entanto, estava o rei de Portugal informado “que o lugar em que ora esta a dita cerca não he conveniente pera se ahy fazer e asentar a fortaleza e povoação que ora ordeno que se faça e que sera necesario fazer se em outra parte mais pera demtro da dita bahia”. Recomendava também, que o sitio a ser escolhido deveria ser:



Portanto, para além do desafio de se fixar naquela grandiosa baía de Todos os Santos, o Regimento de Tomé de Sousa também determinava os fatores para a escolha do local para a fundação de Salvador: a disposição do porto, a salubridade e qualidade da terra, além de uma posição que assegurasse estar a cidade resguardada da observação direta de quem se aproximasse pelo mar. Tratava-se de conciliar o conhecimento construído sobre o modo de apropriação do espaço geográfico, com os parâmetros fundamentais para assegurar a presença humana naquele sítio, gerando um desafiador quebra cabeça a ser solucionado.

No caso do Rio de Janeiro, o interior de uma grande baía também foi o sítio escolhido para a fundação da cidade. João Teixeira fez um relato esclarecedor quanto a ter sido aquela região tão cobiçada pelos franceses:

(...) he o melhor e mais seguro porto da costa do Brasil e dos milhores do Mundo, não soo por sua grandeza e bom fundo, e por ser capaz de muitas, e grandes naos, mas tãobem, por ser de grande trato, assi pela grande abundancia de asucar que nele ha, e de outras fazendas de presso, como tãobem pelo muito que dele se negocea pera o Rio da Prata de que vem a ser a terra riquissima. He tãobem abundante de madeiras e mais cousas nessesarias pera fabrica de navios, he fertelissima de mantimentos de que se tirão pera muitas partes (...)
(Descrição de todo o maritimo da terra de Santa Cruz, 2000, fl. 26)

À fertilidade e abundância oferecidas pelo sítio, somava-se a excepcionalidade e segurança do porto, onde “ainda que vente tormenta do sul (...) chega o mar tão quebrado aos navios, que apenas os faz mover”. (Relação das Capitanias do Brasil, 1900, p. 22) Resguardada no interior desta baía, estava a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro sobre a qual disse o jesuíta Fernão Cardim (1980, p. 170): “A cidade está situada em um monte de boa vista para o mar e dentro da barra tem uma baía que bem parece que a pintou o supremo pintor e arquiteto do mundo, Deus Nosso Senhor, (...)”. Estando assim implantada, a cidade se beneficiava sob os aspectos da defesa, da salubridade e apazibilidade daquela paisagem. Repetiam-se, portanto, os mesmos requisitos presentes no Regimento de Tomé de Sousa para orientar a fundação da cidade de Salvador.

Após esta análise da cartografia e descrições feitas por João Teixeira, associada às demais narrativas referidas sobre o Brasil, é possível visualizar que, de fato, houve características constantemente observadas pelos colonizadores, quando da implantação das vilas e cidades no Brasil do século XVI e início do XVII. Eles seguiam, em parte, um conhecimento construído a longo prazo, por estarem circulando entre a Europa, África e Ásia, observando e absorvendo informações oriundas de diversas culturas e realidades. Somavam a esta parcela de informação, outros conhecimentos dados pela cartografia e demais descrições da costa do Brasil, enquanto buscavam um sítio que atendesse aos objetivos do povoamento do território: defesa, salubridade, produtividade, comunicação e transporte.

Seguindo uma lógica de ocupação do território que concentrou os núcleos de povoamento, por muito tempo, junto ao litoral, se observa que esses núcleos urbanos foram colocados nessa faixa marítima, mas em geral não estavam diretamente situados na costa, nem expostos à visão daqueles que chegavam pelo oceano, pois, havendo possibilidade, seus fundadores buscavam locais recuados em algumas léguas da linha do mar, e resguardados por algum acidente geográfico. Ao mesmo tempo, tinham acesso direto para o mar, através de rios e baías, por ser este contato

imprescindível para sobrevivência dos povoadores. Esse procedimento era próprio da cultura portuguesa, desde há muito tempo.

Observavam ainda, uma “posição de vigia”, implantando os núcleos de povoamento, quase sempre, de maneira a ter uma ampla visão de todo seu entorno, possibilitando identificar a aproximação de qualquer infantaria ou embarcação. Este era, de fato, um aspecto que requeria grande atenção, embora não fosse o único determinante para a seleção do sítio a ser povoado.

Portanto, verifica-se haver toda uma “lógica” que orientava a seleção dos sítios onde foram colocadas as cidades, vilas e demais povoados fundados no litoral brasileiro, entre o século XVI e princípio do século XVII. E essa “lógica” aproximava os núcleos de povoamento das encostas, rios, baías, ilhas etc. A análise desta Descrição feita por João Teixeira, permite observar a existência dessa “lógica”, a constância de um “procedimento” e contribui à discussão de comentários, por muito tempo aceitos sobre essa matéria, mas revistos, progressivamente, à medida que surgem novos estudos.

Considerações finais

Acredito que este artigo não gera, ainda, considerações finais concretas, pois se trata de um estudo que demanda muita investigação, busca de informação e observação *in loco* ou cartográfica. No entanto, dentro de uma visão global, nos alinhamos ao pensamento de Russell-Wood que considera o fato da expansão e domínio do império ultramarino português ter atingido tamanha proporção se deve, em parte, à sua capacidade de identificar, nas novas terras alcançadas, aspectos-chave e pontos estratégicos, tanto do ponto de vista militar como econômico e comercial, cujo controle era essencial para os interesses portugueses (Russell-Wood, 1998, p. 38).

Estes procedimentos encontravam sustentação na informação e no conhecimento, que segundo o mesmo autor, constituíram “uma característica notável” da formação do mundo português (Russell-Wood, 1998, p. 28). Portugal detinha uma riqueza considerável de conhecimentos que obteve e reuniu através de diversos canais, pois assim como esteve em contacto com os avanços tecnológicos de outras partes da Europa, também explorou fontes de informações extra europeias, seja percorrendo tantos lugares em suas navegações, quanto buscando notícias sobre as novas terras descobertas.

Referências bibliográficas

ALEGRIA, Maria Fernanda. Representações do Brasil na produção dos cartógrafos Teixeira (c. 1586-1675). *Mare Liberum*. n. 10. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Dez. 1995. p.189-204.

ALMEIDA, André Ferrand de - *A formação do espaço brasileiro e o projeto do Novo Atlas da América Portuguesa (1713-1748)*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

BARROS, João de (ed. 2019), *Geographia d’Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, estudo e transcrição de Joana Lencart, Porto, Câmara Municipal do Porto.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes - *Diálogos das Grandezas do Brasil*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Ed. Massangana, 1997.



CARDIM, Fernão - *Tratados da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed da Universidade de São Paulo, 1980.

DESCRIÇÃO de todo o marítimo da terra de Santa Cruz chamado vulgarmente, o Brasil. Feito por João Teixeira cosmographo de Sua Magestade. Anno de 1640. Lisboa: I.A.N./T.T. / ANA, 2000.

DICIONÁRIO de História de Portugal. Vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, s.d. Dirigido por Joel Serrão.

ESPANCA, Túlio – Visitas de Embaixadores célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos a Évora nos Séculos XV- XVIII. In. A Cidade de Évora. *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*. n. IX. Jan-Jun, 1952. p. 139-147.

GANDAVO, Pero de Magalhães - *Tratado da Terra do Brasil. História da Província Santa Cruz*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia ; São Paulo: Edusp, 1980.

GÓIS, Damião de – *Elogio da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Guimarães Editores, 2002. Introdução de Ilídio do Amaral. Apresentação, edição crítica, tradução e comentários de Aires A. Nascimento.

LENCART, Joana. O Porto visto pelo Doutor João de Barros em meados do século XVI. *História*. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 11 nº 1. 2021. P. 81-105. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/135930/2/492103.pdf>. Acesso em 26/10/2025.

LIVRO das plantas das fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental com as descrições do marítimo dos Reinos e Províncias onde estão situadas e outros portos principais daquelas partes. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1991.

LIVRO de Duarte Barbosa. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996. Introdução, texto crítico e apêndice de Maria Augusta da Veiga Sousa.

REGIMENTO que levou Tomé de Sousa, 1º Governador Geral do Brasil. In. IV Congresso de História Nacional. *Anais ...* Vol. 2. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950. p. 45-68.

RELAÇÃO das Capitanias do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXII, Parte I. Rio de Janeiro, 1900. p. 5-25. Transcrição de Francisco Adolpho Varnhagem.

RESENDE, André de – História da Antiguidade da Cidade de Évora. In. *André de Resende. Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963.

REZÃO do Estado do Brasil (c. 1616). Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. Edição fac-similada do Códice da Biblioteca Pública do Porto.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. - *Um Mundo em Movimento: portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Lisboa: Difel, 1998.

SMITH, Robert C. - *Urbanismo Colonial no Brasil*. Trabalho originalmente apresentado no II Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros (São Paulo, 1954), e publicado na revista *Arquitetura*, n. 50, 1967. s/p.

SOUSA, Gabriel Soares de - *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1825.

